

LGPD
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
Lei nº 13.709/2018

Macapá – AP
12 e 13/05/2020

Auditório do TRE

APRESENTAÇÃO

A partir da edição da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei 13.709/2018) o Brasil impõe que todas as instituições adotem medidas para se adequarem as regras vigentes, visando garantir a privacidade e o tratamento adequado de dados pessoais, exigindo um acompanhamento rígido dos processos de coleta, armazenamento e compartilhamento dessas informações.

A nova lei, que terá vigência a partir de Agosto de 2020, trouxe impactos significativos no trato de informações pela Administração Pública, exigindo a capacitação de servidores públicos para a implementação de medidas de controle e para a adaptação das rotinas administrativas ao novo cenário mundial de tratamento de dados pessoais.

Este treinamento alinhará teoria e prática, orientando acerca da implementação dos fundamentos e regras da LGPD nas instituições públicas, a partir da análise de casos concretos que ocorrem no cotidiano administrativo.

OBJETIVO

CAPACITAR os participantes para que possam assessorar instituições na supervisão e criação de práticas de proteção de dados pessoais, compreendendo o tratamento, a privacidade e a segurança da informação, permitindo-lhes que desenvolvam habilidades técnicas voltadas para o uso de ferramentas inovadoras e para a formulação de políticas públicas alinhadas aos novos marcos regulatórios estabelecidos na Lei 13.709/2018.

PÚBLICO ALVO

Servidores públicos e profissionais que atuam na área de tecnologia, segurança de redes e regulamentação de serviços que envolvam a coleta, guarda e/ou tratamento de dados dos usuários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
   - 1.1. Definição de violação de dados pessoais
   - 1.2. Privacidade de dados pessoais
   - 1.3. A responsabilidade pela proteção de dados
   - 1.4. Informação e segurança
   - 1.5. Ameaças e riscos
   - 1.6. Abordagem e organização
   - 1.7. Medidas
   - 1.8. Legislação e regulamentação
   - 1.9. Confidencialidade
   - 1.10. Integridade
   - 1.11. Disponibilidade
   - 1.12. Violação de dados
   - 1.13. Cenário atual da privacidade e proteção de dados no Brasil e no Mundo
   - 1.14. Regulação nacional da privacidade e proteção de dados - Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Lei nº 13.853/2019

2. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)
   - 2.1. Fundamentos da LGPD
   - 2.2. Como aplicar a LGPD

2.3. Conceitos da LGPD
2.4. Princípios de tratamento
2.5. Direitos dos titulares de dados
2.6. O Encarregado de Proteção de Dados
2.7. Requisitos de tratamento
2.8. Transferências internacionais de dados
2.9. Relatório de Impacto de Proteção de Dados (*Data Protection Impact Assessmet* - DPIA)
2.10. Gestão de violações de dados
2.11. Privacy by Design e Privacy by Default
2.12. Autoridade Nacional de Proteção de Dados
2.13. Sanções
2.14. Estudos de casos com resolução de problemas

PROFESSOR

SANDRO TOMAZELE DE OLIVEIRA LIMA

Graduado em TI. Pós-Graduado em Redes de Computadores. Supervisor de Segurança da Informação e Analista Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), onde também exerceu o cargo de Coordenador Substituto de Apoio à Governança e Gestão de TIC, gerenciou diversas licitações de soluções de TI e coordenou a equipe que desenvolveu a metodologia institucional de gestão de riscos. Possui longos anos de experiência nas áreas de governança e de gestão de riscos corporativos. Desenvolveu proposta para adequação do TST aos requisitos da LGPD. Trabalhou na Brasil Telecom (atualmente Oi). Atuou na ABNT como Membro do Comitê de Gestão de riscos e como Membro do Comitê de Governança das Corporações (até Jul/2019), onde ainda participa dos grupos de elaboração das normas técnicas relativas à gestão de riscos corporativos e dos grupos de elaboração das normas técnicas relativas à Governança. Atua há vários anos como professor, palestrante e consultor nas áreas de governança, *compliance*, gestão de riscos, auditoria, controle interno, melhoria de processos e LGPD, tendo sido contratado por mais de 50 instituições públicas e privadas, como por exemplo: ANAC, Senado Federal, TST, Tribunal Regional do Trabalho de Rondônia, Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas, Tribunal Regional do Trabalho de João Pessoa, Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul, Tribunal Regional do Trabalho de Goiânia, Tribunal Regional do Trabalho de Sergipe,

Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, Tribunal Regional do Trabalho do Amazonas, Tribunal de Justiça de Rondônia, Ministério Público do Piauí, CSJT, CNMP, Mútua de Assistência dos Profissionais do CREA e entidades do Sistema "S".

INVESTIMENTO

INSCRIÇÃO: R$ 2.550,00*
*Valor Promocional: **R$2.290,00** (a partir de 05 inscrições realizadas pelo mesmo órgão).

CARGA HORÁRIA: 16h

- ✓ Apostila do Curso
- ✓ Material de apoio *(pasta, caneta, lápis, borracha, marca texto e bloco de anotações)*
- ✓ 04 *Coffee breaks*
- ✓ 02 Sessões de ginástica laboral
- ✓ Certificado *(frequência mínima de 75%)*

PAGAMENTO: Nota de Empenho ou Depósito em Conta Corrente

INSTITUTO GESTÃO PÚBLICA EIRELI
CNPJ nº 25.100.085/0001-00
Rua Jovino Dinoá nº 1993, sala A, Centro
Macapá-AP - CEP: 68.900-075

BANCO 341
AGÊNCIA 8529
CONTA 28509-3

INFORMAÇÕES

www.igp-brasil.com eventos@igp-brasil.com

(96) **98103-2400** (96) **99182-1020**

IGP-Brasil